

**ÁGUAS DA IMPERATRIZ S.A.**

CNPJ 39.523.638/0001-42

Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)			
	Notas	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	39.276	57.141
Contas a receber de clientes	7	11.954	10.496
Estoques		2.260	
Despesas antecipadas		699	394
Crédito com partes relacionadas	19	61	55
Operações com derivativos		-	4.164
Tributos a recuperar		1.090	602
Outros ativos		475	1.513
		<u>55.815</u>	<u>76.590</u>

<b>Não circulante</b>			
Aplicações financeiras vinculadas	8	8.444	-
Contas a receber de clientes	7	240	-
Depósitos judiciais		2	-
Ativo de direito de uso	9	848	517
Imobilizado	10	1.077	1.080
Ativo de contrato	11	103.344	14.827
Intangível	12	316.660	290.104
		<u>430.615</u>	<u>306.528</u>
		<u>486.430</u>	<u>383.118</u>

Total do ativo			
	Notas	31/12/2025	31/12/2024
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	13	13.471	1.432
Empréstimos e financiamentos	14	3.953	105.987
Passivos de arrendamento	14	279	299
Debêntures e notas comerciais escriturais	15	7.764	226.383
Obrigações tributárias		1.442	627
Obrigações trabalhistas		2.461	1.122
Ônus da concessão	18	1.827	28.972
Débitos com partes relacionadas	19	483	842
Outras obrigações		1.039	651
		<u>31.074</u>	<u>366.315</u>

<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	14	26.835	-
Passivos de arrendamento	14	581	250
Debêntures e notas comerciais escriturais	15	404.681	-
Tributos diferidos	16	18.517	5.033
		<u>450.614</u>	<u>5.283</u>
		<u>486.430</u>	<u>383.118</u>

Total passivo e patrimônio líquido			
	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Capital social		35.003	35.003
Prejuízo acumulado		(30.261)	(23.483)
		<u>4.742</u>	<u>11.520</u>
		<u>486.430</u>	<u>383.118</u>

**Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)**

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida	21	160.045	79.616
Custo dos serviços prestados	22	(128.961)	(59.347)
Lucro bruto		<u>31.084</u>	<u>20.269</u>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	23	(22.110)	(24.224)
Outras receitas operacionais		2.295	29
		<u>(19.815)</u>	<u>(24.195)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>11.269</u>	<u>(3.926)</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	24	25.451	7.534
Despesas financeiras	24	(30.014)	(19.860)
		<u>(4.563)</u>	<u>(12.326)</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>6.706</u>	<u>(16.252)</u>
Imposto de renda e contribuição social - diferido	16b	(13.484)	(4.525)
Prejuízo do exercício		<u>(6.778)</u>	<u>(20.777)</u>

**Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)**

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício		(6.778)	(20.777)
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do exercício		<u>(6.778)</u>	<u>(20.777)</u>

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)**

	Capital social			Prejuízo acumulado	Patrimônio líquido
	Realizado	A integralizar			
Saldos em 1º de janeiro de 2024	38.427	(18.424)	(2.706)	17.297	
Aumento de capital	-	15.000	-	15.000	
Prejuízo do exercício	-	-	(20.777)	(20.777)	
Saldos 31 de dezembro de 2024	38.427	(3.424)	(23.483)	11.520	
Prejuízo do exercício	-	-	(6.778)	(6.778)	
Saldos 31 de dezembro de 2025	38.427	(3.424)	(30.261)	4.742	

**Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)**

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro (prejuízo) antes dos impostos de renda e contribuição social	6.706	(16.252)
Ajustes para conciliar o lucro antes dos impostos ao caixa líquido consumido pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	13.452	12.260
Juros sobre empréstimos e arrendamentos e amortização de custos de transação sobre empréstimos	1.072	539
Juros sobre notas comerciais escriturais e amortização de custos de transação	1.181	13.021
Perda com operação de swap	6.068	-
Variações cambiais	(3.306)	5.532
Provisão para perdas esperadas de crédito das contas a receber	2.197	2.500
Perda (ganho) com derivativos	4.164	(4.164)
Resultado na baixa de arrendamento	(24)	-
Variações no ativo e passivo		
Contas a receber de clientes	(3.895)	(12.996)
Estoques	(35)	(2.225)
Depósitos judiciais	(2)	-
Tributos a recuperar	(488)	(602)
Despesas antecipadas	(305)	(378)
Outros ativos	1.038	(1.496)
Aplicações financeiras vinculadas	(8.444)	-
Fornecedores	12.039	709
Ônus da concessão	35	147
Obrigações tributárias	815	612
Obrigações trabalhistas	1.339	1.122
Partes relacionadas, líquidas	(365)	(2.210)
Outras obrigações	388	(14)
	<u>33.630</u>	<u>(3.895)</u>
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(4.004)	-
Pagamento de juros sobre arrendamentos	(67)	(84)
Pagamento de juros sobre debêntures	(53.955)	-
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	<u>(24.396)</u>	<u>(3.979)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Adições ao imobilizado	(196)	(628)
Adições ao ativo de contrato e intangível	(117.160)	(89.300)
Valor recebido pela venda de imobilizado/intangível	14	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	<u>(117.342)</u>	<u>(89.928)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Aumento de capital	-	15.000
Captação e custos de transação de debêntures e notas comerciais escriturais	401.717	(49)
Captação de empréstimo e financiamentos	30.783	100.000
Pagamento dos arrendamentos	(285)	(256)
Pagamento de debêntures e notas comerciais escriturais	(200.000)	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(102.274)	-
Derivativos pagos	(6.068)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	<u>123.873</u>	<u>114.695</u>
Aumento (redução) líquido (a) no caixa e equivalentes de caixa	<u>(17.865)</u>	<u>20.788</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	57.141	36.353
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>39.276</u>	<u>57.141</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1. Contexto operacional:** A Águas da Imperatriz S.A. ("Concessionária"), sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada na Avenida Feliciano Sodré nº 1014, Várzea, Município de Teresópolis, no Estado do Rio de Janeiro - Brasil, controlada pela Águas da Imperatriz Participações S.A., tem por objeto social a exploração de serviços públicos relativos à gestão, estruturação de projetos de implantação, expansão, restauração e operação do sistema de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto no Município de Teresópolis, bem como a realização das atividades correlatas, complementares, alternativas ou acessórias e a exploração de receitas autorizadas nos termos do Contrato de Concessão resultante da Concorrência Pública nº 002/2023, processo administrativo nº 16.520/2019, celebrado com o Município de Teresópolis ("Poder Concedente") em 01 de dezembro de 2023, com prazo de 25 anos, prorrogáveis, a contar da data de assunção dos serviços e dos sistemas a eles inerentes, ocorrida em 6 de janeiro de 2024. O presente contrato de concessão possui cláusula de outorga fixa, devida ao Município de Teresópolis e à Companhia Estadual de Água e Esgotos do Rio de Janeiro - CEDAE, no total de R\$306.200. A primeira parcela, no valor de R\$ 183.720, foi paga em 6 de dezembro de 2023. Em 4 de junho de 2024, foi celebrado o 1º termo aditivo ao contrato de concessão, estabelecendo: (i) redução na tarifa para estabelecimentos comerciais de pequeno porte de consumo; (ii) antecipação de obras de infraestrutura de esgotamento sanitário; (iii) antecipação parcial ao Município de Teresópolis de parte da segunda parcela da outorga fixa, no valor de R\$ 30.000, cujo o valor presente na data de pagamento ao Poder Concedente foi de R\$ 29.631, tendo a Concessionária reconhecido um desconto financeiro de R\$ 369; (iv) redução do montante relativo à segunda parcela da outorga em R\$ 20.740; e (v) aplicação de dois reajustes de equilíbrio tarifário de 3,63%, a serem aplicados na referência janeiro de 2025 e referência janeiro de 2026, de forma cumulativa ao reajuste tarifário anual. Em 4 e 6 de dezembro de 2024 e em 09 de janeiro de 2025, foram pagos as parcelas remanescentes relativas a outorga fixa nos montantes de R\$ 13.051, R\$ 29.864 e R\$ 28.825, respectivamente. Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidos automaticamente para a Prefeitura de Teresópolis. **Reforma tributária:** Em 2025, a reforma tributária sobre o valor agregado foi regulamentada por meio da Lei Complementar nº 214/2025 ("Reforma"), prevendo a substituição de tributos como PIS, COFINS, ICMS, IAS e IPI pelos tributos Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS") e Imposto sobre Bens e Serviços ("IBS"). O objetivo é simplificar o sistema tributário brasileiro e aumentar a eficiência operacional e o grau de transparência na cadeia de circulação de bens e serviços. O período de transição

para a nova metodologia de tributação ocorre entre 2026 e 2032, com elevação gradual até alcançar a alíquota plena em 2033, não havendo incidência, no primeiro ano de transição, dos novos tributos implementados pela reforma. A Concessionária permanece acompanhando de forma contínua os desdobramentos regulatórios e operacionais decorrentes da Reforma, incluindo avaliação de impactos futuros em sua operação e créditos tributários. Adicionalmente, a Concessionária está realizando revisões em seus sistemas e processos internos para garantir a conformidade com os novos requisitos legais. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Adicionalmente, a Concessionária considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 (R1), na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Concessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Concessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Concessionária. Em 20 de março de 2026, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras da Concessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Concessionária. **3. Políticas contábeis materiais:** **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.2. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, através da provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber. Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa. **3.3. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), se houver. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Concessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o receptor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Outros imobilizados	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. **3.4. Ativo de contrato:** Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível. **3.5. Intangível:** a) **Sistema de água e esgoto:** A Concessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e a Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05). O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Concessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Concessionária. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. b) **Ônus da concessão:** Refere-se ao ônus da concessão (outorga) registrado no ativo intangível (Nota 12), pago no início da concessão. A amortização reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. c) **Softwares:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. **3.6. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. A Concessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias: **Ativos financeiros - custo amortizado:** São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. **Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado:** São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. **Ativos financeiros - mensuração inicial:** No reconhecimento inicial a Concessionária mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. **Ativos financeiros - mensuração subsequente:** • **Custo amortizado:** esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. • **Valor justo por meio do resultado:** os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. **Passivos financeiros - reconhecimento inicial:** Todos os passivos financeiros da Concessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Concessionária incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, notas comerciais escriturais, passivos de arrendamento, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas. **Passivos financeiros - mensuração subsequente:** • **Custo amortizado:** são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. • **Valor justo por meio do resultado:** são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. **Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; • A Concessionária transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem reterendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.7. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros:** Os ativos da Concessionária são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. A Concessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária. **3.8. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda períodos substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos. **3.9. Tributos: Imposto de renda e contribuição social correntes:** A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e

passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **Tributos sobre as receitas:** As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Alíquotas
Contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS")	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	7,6%

Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração consolidada. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado. **3.10. Provisões:** Geral: São reconhecidas quando a Concessionária possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. **Provisões para riscos civis, trabalhistas e ambientais:** O Concessionária é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.11. Receita operacional:** i) **Receita de prestação de serviços:** Receitas relativas ao tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. São reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados. A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. ii) **Receitas de construção:** A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado. Para mensuração destas receitas, a Concessionária estima que a margem é irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção. **3.12. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros, multas vinculadas à operação e ganho com derivativos. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva. As despesas financeiras abrangem substancialmente os juros com empréstimos e financi

**ÁGUAS DA IMPERATRIZ S.A.**

CNPJ 39.523.638/0001-42

48 e CPC 40 (R1) e avaliará, após as revisões emitidas pelo CPC, a necessidade de atualização de suas políticas e ou processos. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras pela Concessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em exercícios futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado. **Estimativas e premissas contábeis:** As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir: a) *Vida útil dos ativos intangíveis:* Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Concessionária. b) *Provisão para perdas esperadas de créditos das contas a receber:* A Companhia registra as perdas esperadas de créditos das contas a receber, considerando a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, vencimento da carteira de contas a receber e expectativas de perdas futuras. Ainda que a Companhia acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes. c) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:* Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. d) *Receita não faturada:* As receitas ainda não faturadas representam serviços prestados para os quais ainda não foram realizadas leituras. São reconhecidas com base em estimativas mensais calculadas de acordo com último faturamento de cada ciclo de leitura. Informações adicionais da receita e contas a receber estão descritas nas Notas 3.11 e 7.5. **Gestão de riscos financeiros:** 5.1. **Instrumentos financeiros por categoria:** A Concessionária efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Concessionária em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Ativos financeiros	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	31/12/2025		31/12/2024	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	meio de resultado	Nível 2	38.973	38.973	57.091	57.091
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio de resultado		8.444	8.444	-	-
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	Nível 2	12.194	12.194	10.496	10.496
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado		61	61	55	55
Operações com derivativos	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	-	-	4.164	4.164
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado		13.471	13.471	1.432	1.432
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado		30.788	20.218	105.987	105.987
Passivos de arrendamento	Custo amortizado		860	860	549	549
Debêntures e notas comerciais escriturais	Custo amortizado		412.445	453.332	226.383	226.383
Ônus da concessão	Custo amortizado		182	182	28.972	28.972
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado		483	483	842	842

As políticas de gerenciamento de risco da Concessionária são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Concessionária está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Concessionária. **5.2. Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo as operações sujeitas às taxas de juros e custos de preços. **Risco de taxas de juros:** Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Concessionária ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Concessionária utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerar as suas operações assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Concessionária obtém empréstimos e financiamentos e debêntures em moedas locais sujeitos à flutuação da taxa do Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("IPCA"). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A Concessionária também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI. A análise de sensibilidade, dos juros sobre as debêntures (sem os custos de transação) e equivalentes de caixa, utilizou as projeções do CDI e IPCA para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica do Itaú. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Operação	Valor Risco Contábil	Cenário I - 25%		Cenário II - 50%	
		Entre um e dois anos	Acima de dois anos	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Ativo					
Equivalentes de caixa	CDI	38.973	43.895	42.664	45.127
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	8.444	9.510	9.244	9.777
Passivo					
Debêntures	IPCA	(415.693)	(432.362)	(428.205)	(436.519)
Passivo líquido		(368.276)	(378.957)	(376.297)	(381.615)
Efeito líquido		(10.681)	(8.021)	(13.339)	(12.63%)
CDI (a.a)			4,01%		

**5.3. Risco de liquidez:** É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Concessionária. As tabelas abaixo demonstram análises dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos aos empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais escriturais, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (valores não descontados):

Operação	Valor Contábil	Menos de um ano		Entre um e dois anos		Acima de dois anos	
		Entre um e dois anos	Acima de dois anos	Entre um e dois anos	Acima de dois anos		
Em 31 de dezembro de 2025							
Fornecedores	13.471	13.471	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	31.005	4.005	4.000	23.000	-	-	-
Passivos de arrendamento	860	279	318	263	-	-	-
Debêntures	415.693	7.901	-	407.792	-	-	-
Ônus da concessão	182	182	-	-	-	-	-
Débitos com partes relacionadas	483	483	-	-	-	-	-
	458.197	22.224	4.318	431.055	-	-	-
	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos			
Em 31 de dezembro de 2024							
Fornecedores	1.432	1.432	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	105.987	105.987	-	-	-	-	-
Passivos de arrendamento	549	299	250	-	-	-	-
Notas comerciais escriturais	226.383	226.383	-	-	-	-	-
Ônus da concessão	28.972	28.972	-	-	-	-	-
Débitos com partes relacionadas	842	842	-	-	-	-	-
	364.165	363.915	250	-	-	-	-

**5.4. Gestão de capital:** Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde aos empréstimos e financiamentos, as debêntures, notas comerciais escriturais e passivos de arrendamento, subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser assim sumarizados:

Operação	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor Contábil	Índice	Valor Contábil	Índice
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	30.788	105,987	30.788	105,987
Passivos de arrendamento (Nota 14)	860	549	860	549
Debêntures e notas comerciais escriturais (Nota 15)	412.445	226,383	412.445	226,383
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(39.276)	(57,141)	(39.276)	(57,141)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(8.444)	-	(8.444)	-
Dívida líquida (a)	396.373	275,778	396.373	275,778
Total do patrimônio líquido (b)	4.742	11,520	4.742	11,520
Total do capital (a+b)	401.115	287,298	401.115	287,298
Índice de alavancagem financeira - % [a/(a+b)]	98,82%	95,99%	98,82%	95,99%

**6. Caixa e equivalentes de caixa**

**7. Contas a receber de clientes:**

	31/12/2025	31/12/2024
Clientes (a)	15.523	12.238
Clientes - parcelamento (b)	1.198	609
Pontos arrecadadores (c)	170	149
Perdas esperadas de créditos das contas a receber	(4.697)	(2.500)
	12.194	10.496
Ativo circulante	11.954	10.496
Ativo não circulante	240	-

(a) Representa o saldo de contas emitidas e ainda não recebidas, além dos valores fornecidos ainda não faturados (ajuste por competência). (b) Refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos. (c) São agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária. O *aging list* de contas a receber é composto da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	5.141	4.095
Faturado	3.898	3.668
Não faturado	-	-
Vencidas	-	-
Até 30 dias	1.657	1.562
De 31 a 60 dias	635	743
De 61 a 90 dias	454	457
De 91 a 180 dias	1.002	1.265
Mais de 180 dias	4.104	1.206
	16.891	12.996

Movimentação da provisão para perdas esperadas de créditos das contas a receber:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(2.500)	-
(+) Constituições	(2.197)	(2.500)
Saldo final	(4.697)	(2.500)

**8. Aplicações financeiras vinculadas:** O montante de R\$ 8.444 em 31 de dezembro de 2025 (nulo em 2024) corresponde à aplicação financeira mantida em conta reserva, de titularidade da Águas da Imperatriz S.A., constituída em favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, em atendimento às obrigações definidas no "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças" em 29 de dezembro de 2025.

**9. Ativo de direito de uso**

	31/12/2025		31/12/2024	
	Amortizada acumulada	Valor líquido	Amortizada acumulada	Valor líquido
Imóveis	1.207	(359) 848	874	(357) 517
	1.207	(359) 848	874	(357) 517

Movimentação do ativo de direito de uso

	Saldos em 31/12/2024				Saldos em 31/12/2025			
	Adições	Amortização	Remensuração		Adições	Amortização	Remensuração	
Imóveis	517	959	(293)	(335) 848	517	959	(293)	(335) 848

**10. Imobilizado**

	31/12/2025		31/12/2024	
	Taxa de depreciação anual	Valor líquido	Taxa de depreciação anual	Valor líquido
Equipamentos de informática	20%	726 (241) 485	20%	513
Veículos	20%	206 (51) 155	20%	196
Máquinas e equipamentos	10%	201 (35) 166	10%	183
Móveis e utensílios	10%	314 (43) 271	10%	188
		1.447 (370) 1.077		1.080

Movimentação do imobilizado

	Saldos em 31/12/2024				Saldos em 31/12/2025			
	Adições	Depreciação	Reclassificação		Adições	Depreciação	Reclassificação	
Equipamentos de informática	513	111	(139)	-	485	196	(41)	-
Veículos	196	-	(41)	-	155	183	(20)	-
Máquinas e equipamentos	183	3	(20)	-	166	271	(27)	-
Móveis e utensílios	188	82	(27)	-	271	28	(227)	-
	1.080	196	(227)	-	1.077	398	(217)	-

**11. Ativo de contrato**

	31/12/2025		31/12/2024	
	Adições	Reclassificação	Adições	Reclassificação
Equipamentos de informática	398	217 (102)	-	513
Veículos	-	206 (10)	-	196
Máquinas e equipamentos	172	108 (15)	(82)	183
Móveis e utensílios	103	101 (16)	(6)	188
Outros	10	(4)	-	-
	683	628 (143)	(88)	1.080
		103.344		14.827
		103.344		14.827

Movimentação do ativo de contrato

	Saldos em 31/12/2024				Saldos em 31/12/2025			
	Adições	Baixas	Transfere	Reclassificação	Adições	Baixas	Transfere	Reclassificação
Infraestrutura em construção	14.827	101.807 (14)	(13.248)	(28)	103.344	14.827	101.807 (14)	(13.248)
	14.827	101.807 (14)	(13.248)	(28)	103.344	14.827	101.807 (14)	(13.248)

As transferências ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 referem-se às movimentações entre o intangível e o ativo de contrato. **Custos de empréstimos capitalizados:** Os juros de empréstimos e financiamentos são capitalizados nos ativos de concessão durante o período em construção, sendo o montante de R\$ 39.712 capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 13.308 em 2024).

**12. Intangível**

	31/12/2025		31/12/2024	
	Taxa de amortização anual	Valor líquido	Taxa de amortização anual	Valor líquido
Softwares e aplicativos	20%	25 (10) 15	20%	19
Desenvolvimento de projetos	20%	1.301	1.301	450
Outorga da concessão	4,0134%	324.954 (24.229)	300.725	288.155
Concessão/Infraestrutura		15.143 (524)	14.619	1.480
		341.423 (24.763)	316.660	290.104

Os valores reconhecidos no intangível representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada. As taxas utilizadas baseiam-se no prazo final da concessão ou na vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Sendo esse montante em 31 de dezembro de 2025 composto pelos seguintes ativos:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo	Valor líquido	Custo	Valor líquido
Captação	100	(2) 98	100	(2) 98
Estação de tratamento de água – ETA	216	(4) 212	216	(4) 212
Reservatório	308	(6) 302	308	(6) 302
Booster	605	(9) 596	605	(9) 596
Substituição/expansão de rede de água	7.683	(117) 7.566	7.683	(117) 7.566
Ligação de água	2.208	(28) 2.180	2.208	(28) 2.180
Benefetorias em imóveis de terceiros	44	(1) 43	44	(1) 43
Máquinas e equipamentos	3.979	(357) 3.622	3.979	(357) 3.622
	15.143	(524) 14.619	15.143	(524) 14.619

Movimentação do intangível

	Saldos em 31/12/2024				Saldos em 31/12/2025			
	Adições	Amortização	Transfere		Adições	Amortização	Transfere	
Softwares e aplicativos	19	-	(4)	-	15	-	-	-
Desenvolvimento de projetos	450	851	-	-	1.301	-	-	-
Outorga da concessão	288.155	25.029 (12.489)	-	-	300.725	14.619	-	-
Concessão e infraestrutura	1.480	330 (439)	-	-	14.619	290.104	26.240 (12.932)	-
	290.104	26.240 (12.932)	-	-	316.660	14.619	-	

**ÁGUAS DA IMPERATRIZ S.A.**

CNPJ 39.523.638/0001-42

Cancelamentos	(652)	(1.308)	Outras despesas	(1.403)	(3.052)	Bilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura em 31 de dezembro de 2025 está apresentada a seguir:
PIS e COFINS sobre serviços prestados	171.568	88.727	<b>24. Resultado financeiro</b>	(22.110)	(24.224)	
Descontos concedidos	(3.462)	(6.782)	Receitas financeiras	31/12/2025	31/12/2024	
Receita líquida	160.045	79.616	Rendimento com aplicações financeiras	4.422	2.570	<b>Ramos</b>
<b>22. Custos dos serviços prestados</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>	PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(248)	(147)	Responsabilidade civil administradores - D&O
Taxas de recursos hídricos e ambientais	(737)	(776)	Juros e multas vinculadas à operação	853	592	Responsabilidade civil geral
Ônus da concessão	(2.032)	(1.516)	Variação cambial	10.229	353	Risco de engenharia e responsabilidade civil
Energia elétrica	(15.399)	(14.234)	Variação monetária sobre outros ativos	47	-	obras
Custo de construção	(80.996)	(13.108)	Ganho com derivativos	10.139	4.164	Riscos operacionais
Materiais aplicados nos serviços	(2.556)	(3.896)	Outras receitas financeiras	9	2	Riscos ambientais
Salários e benefícios a empregados	(9.198)	(7.942)	Despesas financeiras	25.451	7.534	Garantia de concessão
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(3.407)	(4.001)	Juros com financiamentos, debêntures e notas comerciais	(1.393)	(12.662)	Veículos
Serviços de terceiros	(1.664)	(1.926)	Juros sobre arrendamentos	(67)	(84)	<b>26. Transações que não envolvem caixa:</b> Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Concessionária realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:
Depreciações e amortizações	(12.715)	(11.634)	Variação cambial	(6.923)	(5.885)	Arrendamentos
Outros custos	(257)	(314)	Tributos sobre operações financeiras	(25)	(18)	Juros capitalizados
<b>23. Despesas gerais e administrativas</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>	Descontos concedidos	(271)	(265)	Ônus da concessão
Salários e benefícios a empregados	(8.719)	(8.598)	Perdas com operações de swap	(6.068)	-	<b>27. Eventos subsequentes:</b> Em 5 de fevereiro de 2026, em reunião dos sócios, foi aprovado o aumento de capital social no valor de R\$ 76.600, a ser integralizado ao longo do exercício.
Utilização de imóveis e telefonia	(158)	(222)	Perda com derivativos	(14.303)	-	Carlos Eduardo Tavares de Castro - Diretor; Marcio Salles Gomes - Diretor
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(503)	(742)	Comissão e escrituração	(132)	(68)	Isadora Viceconti Goulart - Contadora
Serviços de terceiros	(8.083)	(8.301)	Outras despesas financeiras	(832)	(878)	CPF: 126.378.247-78 - CRC/RJ- 138372/O-8
Despesas com contencioso	(184)	(2)	Resultado financeiro	(30.014)	(19.860)	
Impostos, encargos, taxas e contribuições	(373)	(383)	<b>25. Seguros:</b> O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsa-	(4.563)	(12.326)	
Depreciações e amortizações	(490)	(424)				
Provisão para perdas de crédito das contas a receber	(2.197)	(2.500)				

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos acionistas da Águas da Imperatriz S.A.: **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Águas da Imperatriz S.A. ("Concessionária"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 20 de março de 2026. ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F; Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC-1RJ090174/O

